

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO “CÓDIGO DE PROCESSO PENAL” (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS.**

## **PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, E APENSADOS**

Código de Processo Penal.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado João Campos

### **EMENDA MODIFICATIVA Nº**

O Art. 201 do PLS nº 8045/2010 passa a vigorar com a seguinte redação, modificando-se o § 1º e acrescentando-se os §§ 2º e 3º, renumerando-se os demais :

Art. 201. ....

§ 1º Na falta de perito oficial, **certificada pela direção do órgão ou unidade de perícias oficiais, diretamente ou por delegação,** o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

**§ 2º A certificação constitui formalidade essencial para o ato de nomeação, sob pena de nulidade, devendo ser fundamentada e específica para cada exame pericial solicitado.**

**§ 3º Em casos de comprovada urgência, o perito criminal responsável pelo órgão ou unidade de perícias oficiais poderá realizar a certificação verbalmente, sem prejuízo de posterior formalização, observadas as disposições deste artigo.**

**§ 4º** Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

**§ 5º** Será facultada ao Ministério Público, ao assistente de acusação, à vítima, ao querelante, ao indiciado e ao acusado a formulação de quesitos no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nomeação do perito.

**§ 6º O exame pericial será requisitado pela autoridade competente ao diretor do órgão de perícia.”(NR).**

### **JUSTIFICAÇÃO**

Ao contrário do que ocorre no processo civil, no processo penal, somente na hipótese de ausência de peritos oficiais é que outras pessoas poderão realizar perícias criminais, conforme estabelecido no art. 159, §1º do Código de Processo Penal vigente. Ocorre que a lei processual não define o que seria a falta de perito oficial, deixando a cargo das delegacias de polícia este juízo. A ausência de regulamentação não impede que, na prática, aquelas delegacias nomeiem peritos *ad-hoc* ainda que haja disponibilidade de perito oficial na circunscrição, utilizando-se como critério, estarem de acordo com a sua linha investigativa, seu convencimento e a sua intenção, gerando grande insegurança para os jurisdicionados.

É comezinho que não há melhor profissional apto a constatar a ausência de perito criminal especializado para determinado exame do que o responsável pelo órgão ou unidade de perícia oficial, conhecedor da natureza dos vestígios que se espera encontrar em cada tipo de delito e do tempo necessário para examiná-los sem o risco de perdas.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2016

MARCOS ROGERIO  
Deputado Federal